

A oração fúnebre de D. José Botelho de Mattos¹

Introdução

Em 2017, convidado pelo padre Firmino Oliveira, pároco da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, situada na Península de Itapagipe, em Salvador, participei de evento organizado pela paróquia para celebrar os 250 anos da morte de D. José Botelho de Mattos. Foi assim que conheci um grupo de fiéis empenhados na recuperação da memória do arcebispo setecentista, fundador daquela paróquia e responsável pela

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada como comunicação em workshop do projeto Bahia 16-19, realizado no Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa (CHAM/UNL). Mais recentemente, apresentei nova versão desta comunicação em seminário organizado pela professora Maria Antónia Lopes, da Universidade de Coimbra, atentando para aspectos metodológicos relacionados às possibilidades do uso da oração fúnebre como fonte histórica. Agradeço a todos os colegas e estudantes que, nessas ocasiões, colaboraram com suas questões e críticas para a realização deste estudo. Este capítulo foi realizado no contexto dos projetos “Religião, administração e justiça eclesiástica no império português (1514-1750)” – ReligionAJE, PTDC/HAR-HIS/28719/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), de Portugal, e coordenado pelo professor José Pedro Paiva e “Disciplinando almas, disciplinando a sociedade. A Igreja na Bahia colonial” registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob número 436431/2018-1, coordenado por mim.

construção daquele importante conjunto arquitetônico formado pelo templo e palácio ligados por uma *loggia*. O grupo continua a existir e mantém uma página dedicada ao arcebispo no Facebook.² Seu interesse pela memória do prelado pauta-se pelo desejo de construção de sua fama de santidade, o que constituiria um primeiro passo para uma investigação que pudesse justificar a abertura de um processo de beatificação.

Ainda que seja um movimento de expressão restrita, não é anódino o fato de um arcebispo que governou a arquidiocese no século XVIII suscitar tal interesse dois séculos e meio depois. Como busquei mostrar em outro texto, a memória desse prelado foi objeto de uma narrativa de tendência antipombalina que tentou fazer dele um herói da resistência à expulsão dos jesuítas.³ Sua resignação ao arcebisado foi, por vezes, apresentada como devida às pressões governamentais. Tentou-se forjar a imagem de um velho prelado perseguido, condenado a viver num ermo subúrbio de Salvador e a subsistir graças à caridade pública.⁴ Sendo o martírio uma forma recorrente no caminho de construção da santidade, é provável que esta imagem tenha colaborado para o desabrochar de um movimento de fiéis desejosos de converter o vetusto arcebispo em santo.

Sobre o interesse dos sermões fúnebres como documentos históricos

Antes que a publicação da inédita *Oração fúnebre nas exéquias do Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. D. José Botelho de Mattos* possa tornar-se mais uma pedra nessa construção da santidade do arcebispo, devo esclarecer que razões historiográficas, e não hagiográficas, motivam a exumação dessa *Oração* – encontrada em meio a outras obras que foram submetidas à Real Mesa Censória a fim de obter autorização para serem impressas.⁵ Geralmente, os sermões fúnebres são fontes importantes, dentre outras coisas, para entender aspectos da trajetória do personagem a quem são dedicados. Talvez mais do

2 Ver em: <https://pt-pt.facebook.com/djosebotelho/>

3 Evergton Sales Souza, “D. José Botelho de Mattos, arcebispo da Bahia, e a expulsão dos jesuítas (1758-1760)”. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 729-746, 2008.

4 Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *História eclesiástica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1955, p. 248-250, diz que por causa do seu “jesuitismo perdeu a primazia e mais o rendimento total da mitra. Com 80 anos de idade, ficou à mercê da caridade pública”. Thales de Azevedo, *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo, Ática, 1978, p. 110-111, na mesma senda de Camargo, escreve: “demitido, em avançada idade, sem rendas e pobre, D. José recolhe-se à ermida da Penha em Itapagipe”.

5 Estas obras integram uma subseção da seção Secretaria da Censura, do fundo de arquivo da Real Mesa Censória (RMC), conservado nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT). A referência da *Oração fúnebre* é ANTT, RMC, cx. 375, n. 4931. O manuscrito encontra-se digitalizado e pode ser visto em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4726410>.

que outros tipos de documentos, exigem redobrada atenção do historiador no que diz respeito à veracidade das informações que apresentam sobre o homenageado. Ora, por tratar-se de texto de caráter encomiástico, os exageros são frequentes e, muitas vezes, as ações atribuídas ao homenageado são descontextualizadas ou ressignificadas, a fim de melhor se prestarem ao seu enaltecimento. Para o historiador interessado por traços biográficos ou por informações sobre aspectos do contexto ao qual o sermão se remete, torna-se imperativa a verificação dos fatos avançados pelo predicador, cujo compromisso maior não é com a verdade histórica, mas com o elogio ao personagem a quem dedica sua oração. Sob este aspecto, o documento deve ser submetido àquilo que Langlois e Seignobos, bons representantes da escola metódica, apresentavam como crítica interna negativa de sinceridade e exatidão.⁶

Mas seria um verdadeiro desperdício, para não dizer um erro, reduzir a riqueza de uma oração fúnebre enquanto documento histórico apenas àquilo que ela informa de modo exato ou inexato, sincero ou falso, sobre a vida do personagem homenageado. Há toda uma gama de elementos presentes nesse tipo de documento que podem ser de enorme importância para a produção do conhecimento histórico e que ultrapassam largamente o âmbito restrito da biografia. Note-se, por exemplo, o interesse que os atributos positivos ressaltados no personagem elogiado podem ter para a compreensão dos modelos de vida bem-sucedida. Muitas vezes esses elementos assinalados se constituem naquilo que chamamos de *topoi* e, por isso mesmo, devem ser vistos com suma desconfiança quando se trata de apresentar características relativas ao indivíduo de quem se fala no documento. Contudo, esses lugares comuns ganham outro sentido e importância se observados como características exemplares que variam em função do tempo, do espaço, bem como das diferentes categorias sociais. Tornam-se ótimas indicações sobre predicados valorizados no contexto histórico e social do qual provém o documento.

No caso específico de um elogio fúnebre consagrado a uma pessoa eclesíastica, torna-se particularmente interessante perceber as virtudes destacadas pelo predicador com a intenção de fazer dela um herói ou modelo de bom clérigo e cristão. Sem abdicar de buscar ecos desses atributos noutra documentação que informe sobre a vida do personagem a quem o elogio é dirigido, é preciso estar atento para o que a ênfase em determinadas características pode sugerir em termos de sentimento religioso compartilhado pelo orador e pela comunidade à qual a oração é destinada. Há casos em que isto é feito de modo a estabelecer um vínculo com as formas de espiritualidade ou piedade que o defunto clérigo abraçara em vida. Um bom exemplo

6 Charles-Victor Langlois et Charles Seignobos, "Critique interne négative de sincérité et d'exactitude". In: LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Lyon: ENS Éditions, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.enseditions.292>. Disponível em: <http://books.openedition.org/enseditions/292>. Acesso em: 10 nov. 2020.

disso pode ser visto no elogio fúnebre consagrado pelo Fr. Antônio da Piedade a D. Fr. Antônio de Guadalupe, em 2 de dezembro de 1740. Guadalupe, que foi bispo do Rio de Janeiro, regressou a Portugal para tomar posse da Diocese de Viseu, para a qual havia sido eleito bispo por D. João V. Porém, faleceu poucos dias após sua chegada a Lisboa, não tendo sequer tomado posse do novo bispado. O tema do sermão fúnebre escolhido por Fr. Antônio da Piedade, “Levanta-te, sai desta terra e volta para a tua terra natal”,⁷ estava em sintonia com a morte do prelado em Lisboa, após longos anos vividos no Rio de Janeiro. Mas não era apenas isto: o orador, religioso franciscano do Convento de Varatojo, como um dia havia sido Guadalupe, também transfigurava o seu herói em Jacó. Tratava-se, seguramente, de uma maneira de lembrar que estava a render homenagens a um jacobeu, isto é, a um religioso que aderiu a essa corrente de espiritualidade marcada por uma moral rigorista e por uma vontade de reformar a vida religiosa em Portugal e seu império.⁸

Como no caso de outras fontes, os sermões fúnebres tendem a fornecer maior riqueza de informações na medida em que o historiador tenha um conhecimento mais amplo sobre os contextos nos quais eles estão inseridos. Com efeito, quando o pesquisador possui o instrumental necessário para abordá-los da melhor forma, até mesmo os silêncios podem ser eloquentes. Nesta *Oração* dedicada a D. José Botelho de Mattos, que ora se publica, observa-se um silêncio sepulcral sobre a expulsão dos jesuítas na Bahia, nos últimos anos do governo do falecido arcebispo. O historiador atento perceberá na ausência o sinal de algo que não deve ser mencionado. Desde o início da política anti-jesuítica de Sebastião José de Carvalho e Melo, não convinha falar sobre jesuítas, a não ser que fosse para detrá-los. Embora o velho prelado tenha cumprido as ordens emanadas da Coroa em relação aos inicianos, é certo que não seguiu o caminho de bispos como D. Fr. Antônio do Desterro, que governou a Diocese do Rio de Janeiro entre 1745 e 1773, adotando um discurso antijesuítico virulento, em sintonia com as posições do ministro de D. José a partir da segunda metade dos anos 1750.⁹ Assim, calar-se sobre o assunto era a melhor opção para o autor da *Oração*.

7 Gênesis 31:13.

8 Fr. Antônio da Piedade, *Elogio fúnebre nas exéquias do Exmo. Revmo. Sr. D. Fr. Antonio de Guadalupe, que no Real Convento de S. Francisco da cidade pregou o P. Fr. Antonio da Piedade. Dedicado ao Eminentíssimo Revmo. Sr. Cardial Patriarca*. Lisboa Occidental: na Officina da Música e da Sagrada Religião de Malta, 1741. Fiz largo uso deste e de outros sermões fúnebres em Evergton Sales Souza, “D. Fr. Antônio de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740)”. *Via Spiritus*, Porto, v. 22, p. 137-165, 2015.

9 Sobre D. fr. Antônio do Desterro ver Ediana F. Mendes, *Edificar a Igreja, consolidar o império: a Universidade de Coimbra e os bispos do Rio de Janeiro, de Olinda e da Baía (1676 - ca. 1773)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Salvador: Edufba, 2022, p. 311-386.

Contextualização

D. José Botelho de Mattos morreu em 22 de novembro de 1767, com 89 anos de idade.¹⁰ Em 1760, após ter sua resignação ao arcebispado aceita pelo rei, deixou o palácio arqui-episcopal da cidade da Bahia e passou a morar na península de Itapagipe, num palacete que construiu junto à Igreja de Nossa Senhora da Penha, onde foi sepultado. Quando faleceu, havia mais de sete anos que tinha deixado o exercício do governo do arcebispado. Desde o final de julho de 1762, D. Fr. Manuel de Santa Inês, bispo de Angola, passou a governar a arquidiocese enquanto arcebispo eleito da Bahia – condição que só se alterou em 1770, após o fim da ruptura de relações diplomáticas entre Portugal e Roma, quando foi confirmado e sagrado arcebispo. A desconfiança de Roma acerca da resignação de Botelho de Mattos esteve na origem dessa situação e, a crer no relato publicado sob a chancela da Secretaria de Estado de Portugal, teria, inclusive, contribuído para a ruptura de relações entre a Coroa Portuguesa e a Cúria Romana. Com efeito, no *Supplemento à Collecção dos breves pontifícios, leys regias, e officios que se passaram entre as Cortes de Roma, e Lisboa, sobre as absurdos em que no Reino de Portugal, e seus Dominios, se haviaõ precipitado os Regulares da Companhia denominada de JESU*, publicado em 1760, afirma-se que o rei havia enviado carta, em 2 de novembro de 1759, comunicando a vacância do arcebispado da Bahia por “demissão que dele fez nas mãos de Vossa Santidade com licença minha o atual arcebispo D. José Botelho de Mattos”. Ao mesmo tempo, o rei comunicava a nomeação e apresentação a Roma de D. Fr. Manoel de Santa Inês, bispo de Angola, para aquele arcebispado. Todavia, antes que as bulas fossem expedidas, “chegou a Roma a Gazeta de Amsterdam, em que se fez ao sobredito arcebispo D. José Botelho de Mattos a desmerecida injúria de o suporem rebelde às leis de Sua Majestade Fidelíssima ou fautor dos jesuítas expulsos”. Isto teria sido o bastante para que a Cúria Romana fizesse suspender a expedição das bulas, tomando por pretexto a falta de título justificativo da demissão do arcebispo. Assim, ao exigir novas justificativas, Roma colocava sob suspeita a autenticidade dos documentos enviados pela Coroa Portuguesa – dentre eles a carta de resignação de Botelho de Mattos – e, suprema afronta, duvidava da própria palavra do rei de Portugal.¹¹

10 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Conselho Ultramarino (CU), Bahia-Castro Almeida (CA), cx. 42, d. 7748 - Carta de D. fr. Manuel de Santa Inês para o secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 27/12/1767.

11 *Supplemento à Collecção dos breves pontifícios, leys regias, e officios que se passaram entre as Cortes de Roma, e Lisboa, sobre os absurdos em que no Reino de Portugal, e seus Dominios, se haviaõ precipitado os Regulares da Companhia denominada de JESU: nelle se contem a continuação do que passou entre as referidas duas Cortes depois das Representações que El Rey Fidelissimo mandou fazer ao Papa em vinte de Abril do anno proximo passado de mil setecentos cincoenta e nove, como foram compilladas debaixo dos Numeros XV. e XVI. da dita Collecção até o mez de junho do presente anno de mil setecentos e sessenta.* [S. l.]: Impresso na Secretaria de Estado, 1760. p. 13-14 e 26-27.

A conturbada conjuntura que resultou na expulsão dos jesuítas, marcada também pela resignação do arcebispo, terminou por fazer com que o arcebispado da Bahia, pela primeira vez em sua história, fosse governado por um arcebispo eleito, mas não confirmado por Roma. A Coroa enviou carta ao cabido sede vacante da Bahia que governava o arcebispado desde janeiro de 1760, recomendando que constituíssem a D. Fr. Manuel de Santa Inês como vigário capitular e lhe entregassem o governo da arquidiocese, o que foi feito, sem qualquer resistência, em 29 de julho de 1762.¹²

Os últimos anos do governo episcopal de Botelho de Mattos, marcados pela agitação provocada pelas reformas pombalinas e, em particular, pelas ações que culminariam na expulsão dos jesuítas, contrastam com a relativa calma que, até então, havia reinado no arcebispado da Bahia desde que assumiu a mitra, em 1741. Sobre os quase 20 anos de seu episcopado, há dois trabalhos recentes que oferecem uma excelente visão de conjunto. Primeiro, o livro de Rebeca Vivas, que analisa os 18 anos de governo arqui episcopal de Botelho de Mattos, centrando a sua reflexão sobre alguns dos principais fatos do arcebispado.¹³ O outro é um capítulo do livro de Ediana F. Mendes que trata pormenorizadamente da trajetória do referido prelado e da sua ação à frente da arquidiocese baiana.¹⁴ Ambas as autoras mostram que o arcebispo conseguiu quase sempre agradar a Coroa e os agentes do poder monárquico, além de ser benquisto pelas elites locais. Nascido em 1678, o prelado já passava dos 60 anos quando foi sagrado bispo. Cônego da Sé de Miranda por quase 30 anos, Botelho de Mattos foi vigário geral, provisor e governador do bispado, juiz dos resíduos e dos casamentos daquela diocese.¹⁵ Essa longa carreira clerical o levou a conhecer muito bem as estruturas da administração eclesiástica, o que deve ter contribuído para um governo harmonioso do arcebispado baiano.

Outro aspecto que caracterizou o arqui episcopado de Botelho de Mattos foi sua notável preocupação com uma política de enaltecimento da cidade da Bahia, metrópole eclesiástica do Estado do Brasil. Com efeito, no decurso dos anos 1740 e 1750, o prelado cumpriu um programa de publicações que só encontra paralelo no período em que D. Sebastião Monteiro da Vide pontificava na Sé baiana. Note-se que ambos eram oriundos do clero secular, canonistas e com larga experiência na lide episcopal, tendo em vista suas carreiras e anos de serviço em Lisboa, no caso de Monteiro da

12 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 26, d. 4899 - Carta pastoral do Cabido Sede vacante da Bahia, 7/01/1760 e AHU-CU, Bahia-CA, cx. 33, d. 6102 - Carta do cabido ao rei, 4/05/1763.

13 Rebeca C. S. Vivas, *Relações Igreja-Estado: a ação episcopal de D. José Botelho de Mattos (Bahia, 1741-1759)*. Salvador: Edufba, 2016.

14 Mendes, *Edificar a Igreja, consolidar o império*, p. 715-775.

15 *Ibid.*, p. 716-717.

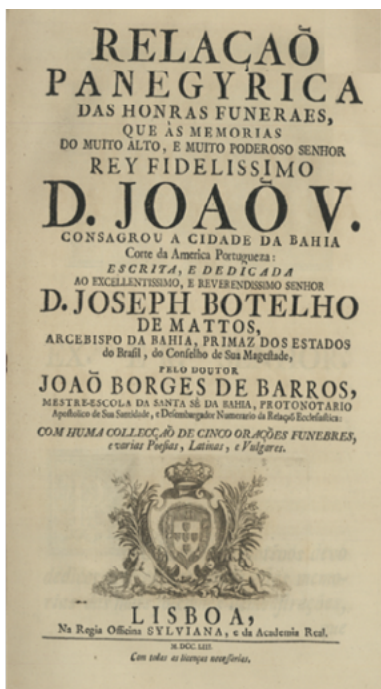
Vide, e em Miranda, no de Botelho de Mattos.¹⁶ Um bom exemplo desse programa de enaltecimento da mitra baiana consiste no mecenato à publicação do luxuoso volume, em 4º, dedicado às celebrações das exéquias de D. João V na Bahia. A *Relação Panegyrica das honras funerais às memórias de D. João V*, escrita pelo padre doutor João Borges de Barros, mestre-escola da Sé da Bahia e cuja impressão tardia, em 1753, se deveu à perda do primeiro manuscrito original num naufrágio.¹⁷ A obra pode e deve ser pensada enquanto parte de uma estratégia editorial de enaltecimento da cidade da Bahia, metrópole eclesiástica do Brasil. As majestosas cerimônias realizadas em homenagem ao falecido rei e a ostentosa publicação a relatá-las constituem ocasiões para o prelado redourar o brasão de sua sé episcopal e construir uma bela imagem de si mesmo. Para o padre João Borges de Barros, membro do cabido e desembargador da Relação Eclesiástica da Bahia, era uma singular oportunidade de prestar serviço ao arcebispo e à Coroa Portuguesa, algo que poderia contribuir para concretizar as aspirações de um clérigo que, provavelmente, almejava ser um dia lembrado para o deado da Sé da Bahia ou quiçá para uma mitra do império português. Ao episcopado João Borges de Barros não chegou a ser alçado, mas, em 1768, tornou-se Deão da Sé da Bahia, dignidade cuja apresentação era reservada ao monarca.¹⁸

16 Sobre a trajetória de Sebastião Monteiro da Vide e as práticas de enaltecimento da mitra baiana nos séculos XVII e XVIII, ver, entre outros, Bruno Feitler; Evergton Sales Souza, “Estudo introdutório”. In: Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 7-73; Bruno Feitler e Evergton Sales Souza, “Uma metrópole no ultramar português. A Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos”, Evergton Sales Souza, Guida Marques, Hugo R. Silva (org.), *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: Edufba; Lisboa: CHAM, 2016. p. 129-162.

17 João Borges de Barros, *Relação panegyrica das honras funeraes, que às memorias do muito alto, e muito poderoso senhor rey fidelissimo D. Joaõ V consagrou a cidade da Bahia, corte da America portuguesa. Escrita e dedicada ao Excellentissimo e reverendissimo senhor D. Joseph Botelho de Mattos, arcebispo da Bahia, primaz dos Estados do Brasil, do Conselho de Sua Magestade*. Lisboa: Na Régia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1753.

18 AHU-CU, Bahia-Avulsos, cx. 161, d. 12267 – Requerimento do Pe. João Borges de Barros ao rei, solicitando alvará de mantimento na dignidade de Deão da Sé da Bahia, ant. 7/06/1768.

Figura 1 – Frontispício da Relação Panegyrica



Fonte: acervo pessoal do autor.

O segundo exemplo é o da publicação do Rito *eclesiástico*. Não há luxo no impresso – um pequeno caderno em 8º –, mas cumpre perceber que ele não estava divulgando um fato corriqueiro: tratava-se da confirmação do padroeiro da cidade da Bahia, metrópole *eclesiástica* do Brasil, São Tomé e Angola. Igualmente singular era a consulta direta do arcebispo a Roma, buscando dirimir uma dúvida litúrgica de uma igreja do Novo Mundo.¹⁹

19 Rito *eclesiástico* que ao Apóstolo do Oriente S. Francisco Xavier he devido na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos como a seu protetor e principal patrono. Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1756.

Figura 2 – Frontispício do Rito Ecclesiastico

R I T O
 ECCLESIASTICO,
 QUE
 AO APOSTOLO DO ORIENTE
 S. FRANCISCO XAVIER
 He devido na Cidade
 D E S. S A L V A D O R
 BAHIA DE TODOS OS SANTOS
 Como a seu Protetor, e Principal Patrono.



L I S B O A,
 Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
 Anno M. DC. LVI.
 Com todas as licenças necessarias.

Fonte: acervo pessoal do autor.

É verdade que, ao lado desses discursos que incutem no leitor uma ideia de grandeza e magnificência da metrópole baiana, problemas sérios afetavam *in loco* e muito concretamente a imagem da catedral. Em 1749, Botelho de Mattos solicitava uma vez mais ao monarca ajuda para financiar as despesas com as obras da sua catedral, cujas torres não se encontravam em bom estado e nas quais, por esta razão, não foi possível colocar os sinos grandes que haviam sido enviados por D. João V. Pior ainda, em 1757, apenas quatro anos após a publicação da luxuosa *Relação panegyrica*, o cabido da Sé da Bahia escrevia ao governador-geral uma carta solicitando auxílio imediato para a reforma das torres da catedral, mostrando aflição com a ruína em que se encontrava uma delas, a do lado da epístola, da qual já começavam a soltar e cair algumas pedras.²⁰ Alguns anos depois, em julho de 1761, o cabido sede vacante escrevia uma missiva ao monarca, propondo que, enquanto durassem as obras da Sé ou perpetuamente, a igreja da proscrita Companhia

20 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 13, d. 2376 – Ofício do Vice-rei Conde dos arcos para o Ministro Joaquim Tomé Corte Real sobre a demolição da torre da Sé da Bahia, 30/04/1757 (contém vários documentos anexos).

de Jesus pudesse servir de catedral.²¹ Era o primeiro passo para fazer daquele templo a nova Sé da Bahia, estatuto que se conservou inalterado até hoje.

A ruína das torres da Sé não deve induzir ao exagero de crer que tudo era só discurso. No arquipiscopado de Botelho de Mattos, muito se fez em relação ao desenvolvimento daquela cristandade. Como bem assinalou Rebeca Vivas, foi no arcebispado de Botelho de Mattos que três novos conventos femininos – Lapa (concepcionistas), Mercês (ursulinas) e Soledade (ursulinas do Sagrado Coração de Jesus) – começaram a funcionar, o que representou uma grande mudança no contexto religioso de uma arquidiocese que até ali não tinha mais do que um convento feminino, o das clarissas do Desterro. As construções, reformas e ornamentações de templos na cidade da Bahia, à época do episcopado de Botelho de Mattos, também denotam o enorme investimento que essa sociedade – toda ela, ricos, pobres e mesmo escravos, se pensarmos no modo como diversas irmandades aplicaram dinheiro nisto – fazia para dotar-se de monumentos religiosos. Prova da fé dos homens e da riqueza e poder da única metrópole eclesiástica portuguesa do Atlântico Sul.

A Oração fúnebre dedicada a Botelho de Mattos

Em 22 de dezembro de 1767, um mês após a morte de Botelho de Mattos, o cabido da Sé da Bahia celebrou suas exéquias na catedral, sendo o cônego José de Oliveira Bessa encarregado de recitar a oração. Natural da Bahia, filho de Manuel de Oliveira Bessa, matriculou-se na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1 de outubro de 1745. Em 1747, foi ordenado canonicamente. Pela Universidade de Coimbra, tornou-se mestre em Artes e, em julho de 1749, recebeu o grau de Bacharel em Cânones.²² Retornou para a Bahia onde tomou posse como cônego de meia-prebenda da Sé da Bahia em 10 de agosto de 1752. Botelho de Mattos o delegou uma primeira vez como visitador das igrejas do Sul com faculdade para crismar e uma segunda vez para visitar igrejas do Recôncavo. Em janeiro de 1760 foi nomeado secretário da reforma dos padres da Companhia de Jesus. Em 1763, pleiteou em concurso a vaga para cônego prebendado, tendo, ao que tudo indica, obtido êxito em seu pleito.²³ Sua carreira no cabido da Sé da Bahia se prolongou até 1793. Em 1783, foi nomeado arcediogo. Em 1789, ascendeu à dignidade de mestre-escola. Em 1793, ano

21 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 28, d. 5319 - Carta do cabido dirigida ao rei, 30/07/1761.

22 Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), ELU/UC-AUC/B/001-001/B/002887.

23 Todas as informações constam dos papéis relativos ao concurso para uma conezia da Sé da Bahia em 1763. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Padroados do Brasil, Bahia, mç. 1.

em que faleceu, já era o tesoureiro-mor da Sé da Bahia. Teve, portanto, uma carreira bem-sucedida no clero diocesano.

Encontram-se vestígios da participação do padre José de Oliveira Bessa nas festividades organizadas na Bahia em comemoração ao casamento da princesa, Dona Maria, com o infante D. Pedro, em 1760. Na ocasião, foi ele o escolhido para proferir o sermão em ação de graças ao referido desposório.²⁴ Desconhecemos publicações impressas do padre Oliveira Bessa. Os dois sermões de sua autoria que conhecemos permaneceram manuscritos.

A *Oração* destinada à publicação teria por mecenas o cabido da Sé da Bahia, como deixa ver a dedicatória datada de 8 de maio de 1768, que deveria ser impressa junto com a oração. O padre Oliveira Bessa diz na mesma dedicatória que o arcebispo “em todo o tempo do seu dilatado governo, viveu sempre tão unido pelo mais estreito laço de amor com os Reverendos capitulares desta Metrópole, que mais parecia alma, que cabeça”. De fato, à exceção de um problema com o tesoureiro-mor da Sé, padre José Ferreira de Mattos, que levou o arcebispo, em 1744, a pedir a intervenção régia a fim de punir os excessos daquele clérigo, não há sinais de problemas com o cabido. A união com o cabido à qual se reportava o autor da *Oração fúnebre* deve ter sido reforçada pelo apoio dado por Botelho de Mattos à súplica na qual os membros daquele corpo capitular solicitavam à Coroa o aumento de suas cômruas. Algo de que, provavelmente, o orador lembrava, pois havia sido um dos signatários da mensagem enviada, em 1753, na qual os membros do cabido agradeciam a D. João V por ter ordenado o aumento de suas cômruas.²⁵ Outro dado importante a reforçar a ideia da boa relação reinante entre o cabido e o arcebispo são as informações sobre a recepção do corpo capitular aos Estatutos da Sé da Bahia, ordenados por Botelho de Mattos, em maio de 1754. Numa carta enviada ao secretário de Estado, Diogo Mendonça Corte Real, o prelado dizia que os membros do cabido haviam aceitado de bom grado os estatutos e já queriam até mesmo reger-se por eles, no que foram alertados pelo arcebispo de que não poderiam fazê-lo enquanto o rei não os tivesse aprovado.²⁶

24 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 27, d. 5098-5099 - Narração panegírico-histórica das festividades... e Sermão do Padre José de Oliveira Bessa.

25 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 4, d. 590. Carta do cabido da Sé da Bahia, agradecendo ao rei o aumento das cômruas, 10/05/1753. Sobre o aumento das cômruas ver também AUC, Conde dos Arcos, VI-3-3-15, fl. 57v-58v.

26 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 8, d. 1215 – Carta do arcebispo da Bahia para Diogo de Mendonça Corte Real, 23/07/1754. Uma cópia dos *Estatutos da Santa Sé da Bahia*, ordenados por Botelho de Mattos, pode ser vista em AHU-CU, Livros da Bahia, cod. 1206.

Pistas sobre o governo arquiépiscopal de Botelho de Mattos e sobre as características de um modelo de prelado

Nosso propósito não é de apresentar detalhadamente todas as pistas contidas na *Oração fúnebre* sobre o governo de Botelho de Mattos, nem explorar minuciosamente os aspectos que permitem entender o modelo de prelado esboçado pelo autor do sermão. O objetivo é mais modesto. Trata-se de apresentar algumas passagens da *Oração* e mostrar como elas podem ser úteis não apenas para o conhecimento do personagem homenageado, mas também para a compreensão dos arquétipos de prelado exemplar e herói da cristandade em voga naquela sociedade.

Uma das características que o cônego João de Oliveira Bessa exalta em D. José Botelho de Mattos, enquanto arcebispo da Bahia, diz respeito ao seu compromisso com a realização das visitas pastorais. Dizia o panegirista que as visitas

princiavam por uns zelosos Missionários, os quais enviava como seus predecessores para lhe preparar os caminhos, e as concluía com a sua presença; porque sempre conforme aos divinos preceitos, que unicamente aspirava cumprir, e satisfazer, queria conhecer ele mesmo o semblante de seu rebanho.

O arcebispo, continua o pregador, empregava-se dia e noite na correção paternal dos culpados, nas missões e práticas doutrinárias, na administração dos sacramentos. Lembra o padre Oliveira Bessa que, em apenas duas freguesias da Bahia, Botelho de Mattos havia crismado 18.384 pessoas!

De fato, o arcebispo mostrou-se preocupado com a realização de visitas pastorais. Na relação *ad limina* de 24 de abril de 1745, Botelho de Mattos dizia ter começado a visitação pelas paróquias da cidade no mesmo ano em que chegou à Bahia. No ano seguinte deu início à visitação do restante do arcebispado, tendo visitado 11 paróquias e, em 1743, visitou mais 10 paróquias. Sobre o método da visita, apenas diz que levou sempre com ele um religioso jesuíta, professor de teologia aposentado para cumprir as funções de missionário. Apresenta também o número de pessoas que crismou em cada uma dessas visitas: 7 a 8 mil, em 1741, mais de 30 mil em 1742 e por volta de 20 mil em 1743.²⁷ Os dados da *ad limina* parecem, portanto, dar cores de veracidade ao relato do panegirista. Mas é preciso atentar para a realidade dos 15 anos que se seguiram à produção do relatório para Roma. Ao fazer isto, saberemos que no ano de 1748, após ter ficado gravemente doente no decurso de uma visita pastoral às paróquias do sertão de baixo, isto é, na

27 Arquivo Apostólico Vaticano, Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium, vol. 712. A tradução em língua portuguesa da referida relação *ad limina* se acha publicada na página web do Projeto ReligionAJE - *Religião, administração e justiça eclesial no Império Português (1514-1750)*, neste link: https://www.uc.pt/fluc/religionAJE/fontes/docs/Salvador_1745_traduzida__1_.pdf.

região que compreendia a capitania de Sergipe del Rei e terras contíguas da Capitania da Bahia, o prelado passou a delegar a tarefa da visitação a clérigos por ele nomeados. Dali em diante, visitaria pessoalmente apenas as paróquias da cidade e seus arredores. Algo particularmente interessante é o fato de o arcebispo ter conseguido, em demanda à Santa Sé, faculdade para poder delegar a clérigos sem ordenação episcopal o poder de ministrar o sacramento do crisma. Botelho de Mattos foi o primeiro arcebispo a receber na América portuguesa tal faculdade, abrindo caminho para que outro bispo de idade propecta, seu contemporâneo D. Fr. Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro, conseguisse, alguns anos depois, a mesma faculdade.²⁸ Um dado curioso que não deve passar em silêncio. O padre Oliveira Bessa, que apresenta no sermão um número exato de pessoas crismadas pelo arcebispo em apenas duas paróquias, 18.384, foi justamente o único dos visitantes enviados por Botelho de Mattos a diferentes regiões do arcebispado que não teve o cuidado de fazer um rol das pessoas que crismou. Aquele número inserido no sermão talvez ecoasse a vontade de apagar sua falta de outrora, a qual, possivelmente, lhe rendeu uma reprimenda do arcebispo que, em carta ao secretário de Estado reportando o aumento da população do arcebispado, tendo em vista o número de pessoas crismadas, dizia que o visitador das vilas do sul não teve a curiosidade de mandar contá-las.²⁹

A *Oração fúnebre* de Oliveira Bessa tende a ser decepcionante no que diz respeito à descrição das realizações daquele arcebispo durante o seu governo. Além das visitas pastorais, o autor insiste, sobretudo, em louvar a modéstia e a liberalidade cristã, isto é, a caridade de Botelho de Mattos. Louva suas qualidades de grande esmoler, experimentadas pelas comunidades religiosas da Bahia por suas igrejas, bem como pelos pobres aos quais sempre atendeu. Igualmente, faz o elogio de sua humildade, sugerindo que aquele prelado havia se pautado por uma vida simples, o que se constataria na ausência de luxo do seu palácio e de suas alfaias. Não teria sido um daqueles que, por sua pompa, mais pareceria ser sucessor de imperadores do que de apóstolos. Todavia, é necessário lembrar o cuidado redobrado que o historiador deve ter quando vai em busca de informações precisas sobre fatos e pessoas mencionadas numa fonte como esta. Aqui, por exemplo, no que respeita à humildade do arcebispo, estamos diante de um discurso encomiástico que dificilmente poderá ser verificado. Aliás, a tomar por base as publicações impressas com o mecenato ou algum concurso do arcebispo, será difícil crer em sua simplicidade ou que fosse pouco afeito à pompa e circunstância que revestia a dignidade episcopal. Porém, com a ajuda de outros testemunhos, retirados de uma

28 Mendes, *Edificar a Igreja, consolidar o império*, p. 235-236.

29 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 6, d. 867 - Carta do arcebispo da Bahia, informando Diogo de Mendonça Corte Real acerca das crismas ministradas nos sertões, 9/12/1753.

documentação administrativa, sem qualquer caráter encomiástico, notam-se os ecos de que o arcebispo efetivamente tenha sido muito caridoso. É isto que se depreende da carta do vice-rei Marquês do Lavradio, datada de 25 de março de 1760, na qual diz ter notícias de que Botelho de Mattos “foi tão grande esmoler que reservando unicamente o preciso para a sua subsistência, tudo o mais repartia em esmolos, de forma tal, que brevemente se achava em estado de as pedir”.³⁰

O sermão nada diz sobre o exercício do governo civil pelo arcebispo, o que não seria fora de propósito tratar no decurso de uma oração fúnebre. Evidentemente, a conjuntura difícil da reforma e expulsão dos jesuítas, que, por vezes, colocou o prelado em situações desconfortáveis diante da Coroa, é inteiramente silenciada pelo cônego João de Oliveira Bessa. Cumpre notar que quando o sermão foi proferido, em dezembro de 1767, continuavam e aprofundavam-se as reformas pombalinas. Não se tratava, portanto, de um momento propício para tocar no assunto, a não ser que o pregador desejasse dirigir alguns vitupérios à proscriita Companhia de Jesus, o que não faria tanto sentido, tendo em vista que o falecido prelado, embora tenha cumprido o que a Coroa esperava dele, não abraçou o antijesuitismo característico daquele contexto.

Talvez para evitar maiores complicações e reproches, o pregador preferiu destacar as repetidas súplicas feitas pelo arcebispo ao rei para “que lhe desse licença para renunciar nas mãos do Santíssimo padre todo o governo do arcebispado, a que não podia plenamente satisfazer pelos seus muitos anos e contínuas enfermidades”. Aqui, aliás, temos uma informação importante, na medida em que corrobora o que mostramos, há tempos, sobre o caráter espontâneo da renúncia do arcebispo, que, por mais de uma vez, havia solicitado ao rei que aceitasse a resignação do arcebispado. Assinale-se nesta atitude uma peculiaridade do padroado régio ultramarino: os bispos não renunciavam ou resignavam a seus bispados em comunicação direta com o pontífice romano. A aceitação do rei de Portugal antecedia a renúncia/resignação nas mãos do papa. Outra informação importante, fornecida pelo pregador, que contraria frontalmente o que escreveram alguns dos historiadores que tentaram transformar o arcebispo em mártir pombalino, é a de que o monarca, após aceitar a sua súplica, mandou continuar a lhe pagar a mesma côngrua que até ali recebia.³¹

Após destacar a resignação do arcebispado, o panegirista passa a tratar do final da vida do arcebispo, vivendo na Penha, subúrbio de Salvador, na península de Itapagipe. Nesta parte do sermão, as informações são preciosas, tendo em vista os poucos

30 AHU-CU, Bahia-CA, cx. 25, d. 4811 – Carta do Vice-Rei Marquês do Lavradio para o rei D. José, 25/03/1760.

31 Estas informações do sermão podem ser verificadas na documentação de caráter administrativo conservada no Arquivo Histórico Ultramarino, que utilizei largamente em Sales Souza, “D. José Botelho de Mattos, arcebispo da Bahia”, p. 729-746.

testemunhos existentes sobre os últimos anos da vida do prelado. Não obstante os exagerados encômios e *topoi*, há, aqui e ali, indícios para conhecer um traço ou outro do personagem. Segundo o pregador, Botelho de Mattos convocava os meninos e “não só os instruía na Doutrina christã, senão ainda todos os dias rezava com eles o terço do Santíssimo Rosário”. Igualmente crível é a notícia que o pregador dá sobre as fartas esmolas que dava aos pobres dos arredores. Como já vimos, a liberalidade do prelado era de fama pública. Uma última notícia é também de grande interesse. Diz o cônego que Botelho de Mattos

tinha uma casa à imitação de um hospital, em que mandava recolher aqueles pobres, que via enfermos, principalmente aqueles que padeciam enfermidades epidêmicas e contagiosas, assistindo-lhes com todo o necessário não só para o corpo, senão ainda para as suas almas, indo ele muitas vezes visitá-los e consolá-los, e por um milagre da sua caridade não só mandava sepultar aos que morriam; senão ainda aplicava por eles os seus sacrifícios, mandando também aplicar por outros, pelas suas almas.

Todos os elementos aqui nos parecem plausíveis, inclusive o das missas que, por caridade, o prelado rezava ou mandava rezar pelos que ali faleciam. Seu próprio testamento é um indicativo do quanto se importava com essas missas. Ordenou, com efeito, que, somente no dia do seu falecimento, se dissessem 400 missas de cruzado cada uma, repartidas pela Sé, conventos da cidade e freguesia dela.³²

O testamento de Botelho de Mattos poderia dar lugar a alguma reflexão sobre suas relações e/ou remorsos em relação aos jesuítas, expulsos da Bahia com a sua ajuda. Açodadamente, alguém poderia ser tentado a ver nas cinco missas de tostão para serem ditas a São Francisco Xavier e a São Francisco de Borja, santos da Companhia de Jesus, uma espécie de pedido de desculpas. Mas isto seria desconhecer a realidade da crença e dos sentimentos religiosos. Havia pouco mais de 10 anos que o terremoto de Lisboa permitira uma rápida subida de prestígio de São Francisco de Borja em terras portuguesas, como nos deixa ver o magistral estudo do saudoso João Francisco Marques.³³ Quanto ao Apóstolo do Oriente, há um exemplo eloquente da separação que se pode fazer, até certo ponto, entre a companhia e seus santos. Na quinta de Oeiras, junto à casa na qual se pode ver no teto de uma de suas salas a célebre *Concordia fratrum*, pintura de Pombal e

32 Há uma transcrição do assento de óbito de Botelho de Mattos em Carlos Augusto Peixoto d'Alencar, *Roteiro dos bispados do Brasil e dos seus respectivos bispos: desde os primeiros tempos coloniais até o presente*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1864, p. 62-64.

33 João Francisco Marques, “A acção da Igreja no terramoto de Lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação”. *Lusitania Sacra*, Porto, n. 18, 2006, p. 219-329.

seus dois irmãos de braços entrelaçados – um deles, aliás, chamava-se Francisco Xavier de Mendonça Furtado –, há uma capela que exhibe um grande afresco de São Francisco Xavier, santo de devoção daquela família e padroeiro da pequena igreja!

Como foi dito, a *Oração fúnebre*, cujo manuscrito deveria ser dado ao prelo em Lisboa, jamais foi impressa. O sermão foi realizado em 22 de dezembro de 1767, na catedral da Bahia, mas vê-se que a dedicatória ao cabido escrita pelo padre José de Oliveira Bessa data de 8 de maio de 1768. Portanto, ao chegar a Portugal, o manuscrito já não mais passaria pelos trâmites anteriormente vigentes para obter as licenças a fim de ser publicado, pois já havia ocorrido a grande reforma do sistema de censura em Portugal. À censura tripartite, que exigia licenças da autoridade episcopal, inquisitorial e régia, através do Desembargo do Paço, substituiu-se um tribunal régio exclusivo para exercer a censura sobre os livros que poderiam ser impressos ou circular no reino e império português. Este órgão, a Real Mesa Censória, foi criado por decreto de 5 de abril de 1768 e concentrou em si toda a jurisdição em matéria de publicação e circulação de impressos. Assim, a *Oração fúnebre* foi submetida ao crivo daquele tribunal, razão pela qual uma cópia do manuscrito se encontra conservada no fundo de arquivo da Real Mesa Censória, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Os numerosos pareceres elaborados pelos deputados da Real Mesa Censória sobre os mais diferentes gêneros de papéis que se queria dar ao prelo, a obras estrangeiras que livreiros desejavam comercializar, além de outros papéis, denotam uma atividade frenética nos primeiros anos de funcionamento do tribunal.³⁴ Talvez o excesso de solicitações esteja na origem da demora na análise do pedido de publicação do manuscrito do padre Oliveira Bessa, que só viria a ser examinado em maio de 1772, após ser distribuído aos deputados Fr. João Batista de São Caetano (relator), Pe. Antônio Pereira de Figueiredo e Fr. Luis do Monte Carmelo. O parecer oferece uma resposta clara sobre o que motivou o indeferimento do pedido de impressão daquele papel. Diz o beneditino, deputado relator:

Este Elogio fúnebre não tem merecimento algum no seu gênero; e em tempo em que se deseja ver reformada a eloquência do púlpito, parece que se não devem permitir obras que causem ruína a quem tiver a inadvertência de as imitar:

34 Rui Tavares, *O Censor Iluminado: ensaio sobre o séc. XVIII e a Revolução Cultural do Pombalismo*. Lisboa: Tinta da China, 2018; Maria Teresa E. Payan Martins, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005; Evergton Sales Souza, *Jansénisme et réforme de l'Église dans l'Empire Portugais (1640-1790)*. Paris: CCP/FCG, 2004.

o estilo desta nada tem de oratório: é desigual, baixo e muitas vezes impróprio: o abuso dos textos da Escritura Sagrada por sentido com que os não ditou o Espírito Santo ainda nele reina, como se vê do texto de Jeremias ‘Relinquit civitates, et habitata in petra’ que ele traduz ‘deixai a cidade, e hide assistir, habitar na Penha’ para louvar o retiro do Arcebispo para a Capela da Senhora da Penha: pelo que sou de parecer que este papel se escuse. Do mesmo parecer foram os Deputados adjuntos; em Meza 4 de mayo de 1772.³⁵

O parecer de Fr. João Baptista de São Caetano, corroborado pelo padre Pereira de Figueiredo e pelo Fr. Luis do Monte Carmelo, é curto e devastador. A crítica, como se vê, prende-se ao estilo do texto: baixo e muitas vezes impróprio. De fato, a *Oração fúnebre* de Oliveira Bessa não constitui um modelo de oratória sacra. Mas se o mesmo manuscrito fosse proposto para publicação 20 anos antes, provavelmente não sofreria a mesma censura, afinal sobejam exemplos de sermões e orações de estilo similar impressos no decorrer do século XVIII. Com efeito, não foi somente o sistema censório que sofreu uma transformação. Nos anos 1760 e 1770, mudanças estimuladas pelo reformismo pombalino se operaram em diversos campos. Novos modelos teológicos e eclesiológicos foram sendo adotados e construídos. Determinados aspectos do pensamento ilustrado ganharam força em Portugal e não deixariam de provocar modificações nos mais diversos campos de estudo e da ação humana. No estudo das Letras, por exemplo, abandonaram-se os antigos manuais jesuíticos de latim e adotou-se, oficialmente, o *Novo método da gramática latina*, do padre Antônio Pereira de Figueiredo.³⁶ A partir de 1770, a *Arte da grammatica da lingua portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato, era adotada para o ensino da língua pátria.³⁷ Cabis à Real Mesa Censória, a partir do momento de sua criação, estar na vanguarda dessas reformas, velando para que as novas publicações, em diferentes domínios, refletissem os modelos abraçados pela Coroa, empenhada, como soíam dizer, em “espalhar as luzes” por todo o reino e império. É neste contexto que deve ser entendido o parecer acerbo de Fr. João Batista de São Caetano sobre a *Oração fúnebre* que o padre Oliveira Bessa desejava dar ao prelo. Ao cônego da catedral baiana, ocorreu o mesmo que a muitos outros autores cujas solicitações para

35 ANTT, RMC, Censuras, e pareceres, cx. 8. Sobre fr. João Batista de São Caetano ver algumas notícias em Sales Souza, *Jansénisme et Réforme*, p. 263, n. 60 e 293-300.

36 Antonio Pereira de Figueiredo, *Novo Methodo de Grammatica Latina, para uso das escholae da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado e composto pela mesma Congregação do Oratorio*. Lisboa: Na Off. de Miguel Rodrigues, 1752.

37 Antônio José dos Reis Lobato, *Arte da grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1770. Carlos da Costa Assunção, “Uma leitura da introdução da *Arte da grammatica da lingua portuguesa* de Reis Lobato (1770)”. *Revista da Faculdade de Letras “Linguas e Literaturas”*, Porto, v. 14, 1997, p. 165-181, afirma ser Antônio José dos Reis Lobato um pseudônimo de Antônio Pereira de Figueiredo (p. 165-167).

imprimir seus manuscritos foram “escusadas” pela Real Mesa Censória. Ele não conseguiu acompanhar as transformações ou perceber a necessidade de se adaptar aos novos estilos e ideias dominantes, impostos a ferro e fogo pelo reformismo pombalino.

Mas não teriam os problemas relacionados ao processo de expulsão dos jesuítas, outrora apontados como motivadores da resignação do arcebispado por D. José Botelho de Mattos, pesado na decisão de escusar a publicação do elogio fúnebre? A bem da verdade, nenhum indício parece apontar para isto. Se em 1760 uma publicação oficial – o já citado *Supplemento à Collecção dos breves pontificios, leys regias, e officios que se passaram entre as Cortes de Roma, e Lisboa* – fazia enfática defesa da lealdade do arcebispo da Bahia às ordens do seu monarca, não haveria motivo para, em 1772, proibir-se a publicação do seu elogio fúnebre. Outro elemento a reforçar a ideia de que não houve qualquer animosidade em relação a Botelho de Mattos é o próprio texto do parecer de Fr. João Batista de S. Caetano. Como se viu anteriormente, não há qualquer passagem do parecer que se prenda ao questionamento dos fatos narrados no manuscrito. Ora, por tratar-se de documento de circulação restrita, não haveria motivo para o censor hesitar em apontar o problema da exaltação da memória de um prelado malquistado pela monarquia lusitana, fosse este o caso.

Tudo leva a crer que o indeferimento do pedido de impressão da *Oração fúnebre* dedicada a Botelho de Mattos não teve qualquer relação com o homenageado. Assim, com o elogio permanecendo inédito por mais de 250 anos, o velho prelado, por vias tortas, parece ter conseguido dar o merecido castigo àqueles que contrariaram sua vontade, declarada em testamento, de que não se fizesse sermão nas missas dedicadas à sua alma.

Referências

ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto d'. *Roteiro dos bispados do Brasil e dos seus respectivos bispos: desde os primeiros tempos coloniaes até o presente*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1864.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. Uma leitura da introdução da *Arte da grammatica da lingua portugueza* de Reis Lobato (1770). *Revista da Faculdade de Letras “Linguas e Literaturas”*, Porto, v. 14, p. 165-181, 1997.

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978.

BARROS, João Borges de. *Relação panegyrica das honras funeraes, que às memorias do muito alto, e muito poderoso senhor rey fidelissimo D. Joaõ V consagrou a cidade da Bahia, corte da America portuguesa*. Escrita e dedicada ao Excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. Joseph Botelho de Mattos, arcebispo da Bahia, primaz dos Estados do Brasil, do Conselho de Sua Magestade. Lisboa: Na Régia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1753.

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História eclesiástica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1955.

- FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório. In: VIDE, Sebastião Monteiro da, arcebispo. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. p. 7-73.
- FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. Uma metrópole no ultramar português: a Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida, SILVA, Hugo R. (org.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador:EDUFBA. Lisboa: CHAM, 2016. p. 129-162.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. Critique interne négative de sincérité et d'exactitude. In: LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Lyon: ENS Éditions, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.enseditions.292>. Disponível em: <http://books.openedition.org/enseditions/292>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- LOBATO, António José dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1770.
- MARQUES, João Francisco. A acção da Igreja no terramoto de Lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação. *Lusitania Sacra*, Lisboa, n. 18, p. 219-329, 2006.
- MARTINS, Maria Teresa E. Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- MENDES, Ediana F. *Edificar a Igreja, consolidar o império: a Universidade de Coimbra e os bispos do Rio de Janeiro, de Olinda e da Baía (1676 - ca. 1773)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Salvador: Edufba, 2022.
- PEREIRA DE FIGUEIREDO, António. *Novo Methodo de Grammatica Latina, para uso das escholas da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado e composto pela mesma Congregação do Oratorio*. Lisboa: Na Off. de Miguel Rodrigues, 1752.
- PIEIDADE, António da, frei. *Elogio fúnebre nas exéquias do Exmo. Revmo. Sr. D. Fr. Antonio de Guadalupe, que no Real Convento de S. Francisco da cidade pregou o P. Fr. Antonio da Piedade. Dedicado ao Eminentíssimo Revmo. Sr. Cardial Patriarca*. Lisboa Occidental: na Officina da Música e da Sagrada Religião de Malta, 1741.
- RITO eclesiástico que ao Apóstolo do Oriente S. Francisco Xavier he devido na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos como a seu protetor, e principal patrono. Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1756.
- SOUZA, Evergton Sales. D. José Botelho de Mattos, arcebispo da Bahia, e a expulsão dos jesuítas (1758-1760). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 729-746, 2008.
- SOUZA, Evergton Sales. D. Fr. Antônio de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740). *Via Spiritus*, Porto, v. 22, p. 137-165, 2015.
- SOUZA, Evergton Sales. *Jansénisme et réforme de l'Église dans l'Empire Portugais (1640-1790)*. Paris: CCP/FCG, 2004.

SUPPLEMENTO à Collecção dos breves pontifícios, leys regias, e officios que se passaram entre as Cortes de Roma, e Lisboa, sobre os absurdos em que no Reino de Portugal, e seus Dominios, se haviaõ precipitado os Regulares da Companhia denominada de JESU: nelle se contem a continuação do que passou entre as referidas duas Cortes depois das Representaçoes que El Rey Fidelissimo mandou fazer ao Papa em vinte de Abril do anno proximo passado de mil setecentos cincoenta e nove, como foram compilladas debaixo dos Numeros XV. e XVI. da dita Collecção até o mez de Junho do presente anno de mil setecentos e sessenta. [S. l.]: Impresso na Secretaria de Estado, 1760.

TAVARES, Rui. *O Censor Iluminado: ensaio sobre o séc. XVIII e a Revolução Cultural do Pombalismo*. Lisboa: Tinta da China, 2018.

VIVAS, Rebeca C. de S. *Relações Igreja-Estado: a ação episcopal de D. José Botelho de Mattos (Bahia, 1741-1759)*. Salvador: Edufba, 2016.

Sobre a transcrição

Nesta transcrição da *Oração fúnebre nas exéquias do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. José Botelho de Mattos* optou-se pela modernização da grafia das palavras e pela manutenção da pontuação do original setecentista. Embora o manuscrito não tenha as páginas numeradas, atribuímos uma numeração a fim de facilitar eventual cotejo com o documento original. Na tradução das passagens bíblicas citadas em latim no sermão, foi feito uso de uma edição da segunda impressão das traduções de Antônio Pereira de Figueiredo do Antigo e do Novo Testamento.³⁸ A escolha desta edição deve-se ao caráter coevo da tradução em relação ao texto da *Oração fúnebre*. Notas que não estão presentes no texto original estarão indicadas como Notas do Editor (NdE) e conteúdos introduzidos pelo editor figurarão sempre entre colchetes. Todas as notas originais da *Oração* foram desdobradas com o intuito de proporcionar ao leitor a rápida identificação dos textos referidos pelo cônego José Bessa de Oliveira em seu elogio fúnebre ao arcebispo da Bahia.

Oração fúnebre

Nas Exéquias do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom
 José Botelho de Mattos, Arcebispo
 Metropolitano da Bahia, e do Conselho de Sua
 Majestade Fidelíssima
 Que celebrou na catedral da mesma cidade
 o seu Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido, aos 22 de Dezembro
 de 1767.

Recitada pelo seu autor

O M. R. Doutor José de Oliveira Bessa,
 Cônego prebendado da mesma Catedral.

[p. 1]

38 *Testamento Velho: traduzido em portuguez segundo a Vulgata latina, illustrado de prefações, notas, e lições variantes, por Antonio Pereira de Figueiredo*. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1791-1804, 17 v.; *Novo Testamento, traduzido em portuguez segundo a Vulgata latina, illustrado de prefações, notas, e lições variantes, por Antonio Pereira de Figueiredo*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1801-1805, 6 vols.

Ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Cabido da Sé Metropolitana da Bahia.

Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor

Que melhor amparo podia achar este pequeno volume, que o das ilustres mãos de Vossa Senhoria? Ele por todos os títulos é, e deve chamar-se de Vossa Senhoria. Porque se refletirmos na sua causa, por ordem de Vossa Senhoria Se escreveu e recitou na sua presença: e se olharmos para a matéria, contém as gloriosas ações da vida, e morte do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom José Botelho de Mattos, Arcebispo Metropolitano da Bahia, e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima.

Não é necessário dizer mais. Este nome basta para fazer conhecer ao mundo, que esta obra, sendo um elogio daquele prelado, é do agrado de Vossa Senhoria. Em todo o tempo do seu dilatado governo, viveu sempre tão unido pelo mais estreito laço [p. 2] de amor com os Reverendos capitulares desta Metrópole, que mais parecia alma, que cabeça. E já que a morte separou de tão esclarecido corpo esta sua preciosa alma; e o melhor retrato da mesma alma são as virtudes, que a ornaram: aqui tem Vossa Senhoria a sua verdadeira imagem neste pequeno quadro, que lhe ofereço. Bem sei que desmereceria muito pelo pincel, que o debuxou, senão tivesse a fortuna que ordinariamente tem aqueles que se ocupam em pintar coisas extraordinárias; e é que arrebatada a vista com a raridade do objeto, toda se ocupa com a sua admiração, e não lhe fica lugar para advertir nos defeitos da arte e mão que o delineou.

Receba pois Vossa Senhoria este retrato do seu incomparável prelado para o fazer público ao mundo, e ter a glória de se cumprir na sua piedade aquela recomendável lição do Eclesiástico que é justo [p. 3] louvem os povos a sabedoria, e a Igreja se empregue em elogiar aqueles, cujos corpos estão sepultados em paz, e cujo nome há de viver de geração, em geração. Deus Guarde a Vossa Senhoria. Bahia, e de Maio 8 de 1768.

José de Oliveira Bessa

[p. 4]

Ex.^{mo} ac R.^{mo} Domino D. Josepho Botelho de Mattos Archiepiscopo Bahiensi in Templo Beatissimae Virginis Mariae à Rupe Nuncupatae ad littus sepulto.

Epitaphium

Ingenio clarus, fuerat qui Magnis honore,

Maximus hic Praesul sed pietate jacet.

Non Tamen immensum claudit brevis urna Gigantem,

Quae par exiguis creditur esse viris;
 Nam quaecumque satis non est (mihi crede) Sepulchro
 Petra: sub Excelsa Rupe tegendus erat.
 Haec baculo percussa suo proh quanta favorum
 Flumina non dicam, sed Maria ampla dabit!

Ex.^{mo} ac R.^{mo} Domino D. Josepho Botelho de Mattos Archiepiscopo Bahiensi
 in Festo Sanctae Caeciliae obeunti

Epigramma

Quid tibi tot lacrymae, quid tot suspiria? Patrem
 Quid gemis extinctum, moesta Bahia, tuum?

[P. 5]

Ne doleas raptum; gaude sed in astra receptum;
 Mors sua non mors est, sed sibi vita fuit
 Hunc vocat, et caelo recipit Caecilia: plausu
 Organa pulsantur, dum sonat ore melos.

Anonymos.

No sepulcro do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Arcebispo D. José Botelho de Mattos.

Soneto

Que jaz aqui Joseph cale o respeito;
 Que um herói, que imortal se reputara,
 Ver-se rendido à lei da Parca avara
 Será o destrutivo do conceito
 Mas dê a terra domicílio estreito
 A quem o mundo todo não bastara;

Sirva o tumulto de arca sempre rara
 De um tesouro tão rico e tão perfeito.
 Conheça-se que o tem a sepultura;
 Pois não é de seus méritos desdoiro
 Que encubra a terra Mina, que é tão pura.
 Se guarda em si a prata, e esconde o oiro,
 Oculte a terra fria, a pedra dura
 Ao que foi de virtude um tesoiro.

Do Dr. João Borges de Barros Tesoureiro Mor da Sé da Bahia

[p. 6]

Ao mesmo assumpto

Soneto

Aqui se abate a pena, aqui enfraquece
 Bem que seja de voo arrebatado;
 Que em louvor do invictíssimo Prelado
 Quanto mais se disser, mais se emudece.
 No Sepulcro o seu Nome se engrandece,
 Qual cedro, que ao Céu mais põem adornado
 Quanto mais tem a terra penetrado
 Com sombras brilha, sepultado cresce.
 No mundo triunfou com tão notória
 Virtude, porque em Deus só se afiança,
 Que cada dia foi uma vitória
 E regulando o ardor pela esperança
 Por último troféu da sua glória
 Que vencer já não tendo, em paz descansa.

Do mesmo autor

[p. 7]

Al mausoleo del Ex.^{mo} e R.^{mo} Señor D. José Botelho de Mattos con alusión a ser sepultado en la Iglesia de nuestra Señora de la Peña

Soneto

No peña material, sagrada Peña
 Es al sol de José glorioso ocaso,
 Pues precaviendo de su muerte el caso,
 Busca el lugar, que su piedad le enseña.
 No rico mausoleo su gusto empeña,
 Que a sus cenizas fuera estrecho vaso;
 Pues la virtud midiendo le no acaso,
 Ser le el orbe aun hallo urna pequeña.
 Si esto adviertes, ò Busto luminoso,
 Dejarás de brillar; que es bien no dudes,
 Que tu aspecto al horror solo es reposo;
 Y que à El dan en dignas celsitudes
 Nuestros pechos sepulcro más glorioso,
 Luces más superiores sus virtudes.
 Do Pe. Domingos da Silva Telles.

[p. 8]

Inconsolável saudade do clero Baiense na morte do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo D. Joseph Botelho de Mattos.

Soneto.

Oh se a saudade achasse em pesar tanto
 Termo, com que expressasse o seu tormento!
 Fizera o brado de um fiel lamento
 Parar o assombro na região do pranto,
 Quem dizer pode o misero quebranto
 Do clero, de seu Pai extinto o alento?
 Daquele Pai, que leva ao Monumento
 De pastoral piedade eterno espanto.
 No benefício heroico Magistério,

Na correção protótipo benigno,
 A saudade deixou sem refrigério.
 Pois Fiscal a lembrança ao Fado indigno
 O mesmo golpe do mortal mistério
 De injusto acusa, infama de maligno

Do mesmo

[p. 9]

Mortuus est autem Samuel, et congregatus est universus Israel et planxerunt eum
 1º Reg. C.25, v.1.³⁹

Quando lanço os olhos sobre a triste pompa que acompanha a esta fúnebre ação: quando vejo a este Majestoso templo todo enlutado, e os tristes ornamentos, que cobrem os seus altares, e os seus ministros, parece-me que esta mesma Igreja intenta sepultar-se neste dia com o seu esposo. Quando considero a nobreza desta grande cidade, e a maior parte dos seus habitantes juntos neste mesmo templo, e me vejo neste púlpito obrigado a fazer um elogio; não sei, meus senhores, se temos bem refletido sobre o objeto, que nos conduziu a este mesmo lugar? Todos me estão dizendo, que não é outro o fim mais, que tributar as devidas honras a sempre saudosa memória do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom José Botelho de Mattos, Arcebispo Metropolitano da Bahia, e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima.

E como poderemos satisfazer a este tão grande nome, e juntamente [p. 10] proporcionar toda esta pompa ao merecimento de um prelado tão precioso a toda esta diocese, e tão amado de toda a sua Igreja? Principalmente quando honrando desta sorte a sua memória, nos constituímos desobedientes a suas ordens, pois expressamente defende que não quer o menor aparato nos seus obséquios “Revestido, diz no seu testamento, revestido meu corpo no dito pontifical roxo e velho será colocado sobre um estrado coberto de baeta preta sem guarnição alguma, e o mesmo se praticará nos ofícios, que mandamos fazer pela nossa alma, sem que em algum deles ou em outro qualquer ato, haja sermão, o que muito recomendamos”.

39 [Nota do editor (NdE): ao longo da *Oração fúnebre*, as referências bíblicas são sempre relativas à *Vulgata*, que seguiu a versão da *Septuaginta*, na qual os Livros de Samuel apresentam-se como os dois primeiros livros dos Reis. Nas versões contemporâneas das bíblias, adotadas por católicos e protestantes, a citação referida corresponde a 1 Samuel 25:1, “Falecido Samuel, todo o Israel se juntou a chorá-lo”].

E como nos atrevemos a violar com estas honras funerais tão respeitável disposição? As últimas vontades, conforme todas as leis, são sagradas, e não é menos ímpio contradizê-las, que violar as sepulturas, principalmente a de um tão grande arcebispo. É possível que a voz de um tão bom prelado já não tenha força para fazer, que a ouçamos com algum respeito? Eu bem sei as razões, que legitimamente se podem opor a esta tão humilde [p. 11] disposição: mas creio, que é desnecessário procurar escusas a nossa desobediência em uma ocasião, em que nem levemente a cometemos, porquanto tudo, o que obramos neste dia, está tão longe de servir de honra à memória do nosso Excelentíssimo Arcebispo, que antes não é outra coisa mais, que chorar a falta que nos faz um tão bom prelado. Ele pode desprezar os nossos louvores, e se quis defender das nossas honras; mas sendo nosso Pai senão poderá separar de nós, nem impedir as correntes das nossas lágrimas. Enfim morreu o nosso Samuel; porém o mesmo Samuel não pode impedir que se ajuntasse todo o Israel para o chorar “*Mortuus est Samuel, et congregatus est universus Israel, et planxerunt eum*”. O autor do livro do Eclesiástico diz, que todo o povo sentira a morte deste tão grande profeta por dois principais motivos: o primeiro, porque governando ao mesmo povo o instruiu plenamente na Lei de Deus, julgando, e conduzindo aos homens conforme as suas máximas “*In lege Domini congregationem judicavit*”.⁴⁰ O segundo, porque este homem tão prudente de tal sorte dividiu o seu cuidado entre os seus súditos e a sua própria [p. 12] santificação que se constituiu em um estado de dar a Deus antes do fim da sua vida verdadeiro testemunho da inocência dos seus costumes “*Et ante tempus finis vitae suae testimonium praebuit in conspectu Domini, et Christi*”.⁴¹

Grande prelado, e verdadeiro Samuel do nosso século, pois não só governaste[s] a toda esta vastíssima Diocese sobre os princípios, e conforme as máximas puramente Evangélicas; senão ainda descobristes o dificultoso segredo de vos santificardes, e expordes a Deus a inocência da vossa vida muito antes do tempo da vossa morte. Mas ai, que não veremos jamais todas essas maravilhas, pois morreu o nosso Samuel “*Mortuus est Samuel!*”! Não o veremos mais nesta sua catedral com os ornamentos da sua dignidade, e com aquela natural gravidade, que lhe reconciliava igualmente o respeito, e o amor de todos os seus súditos: não oferecerá mais por nós naquele altar os seus sacrifícios: e finalmente não veremos jamais a este tão caritativo prelado edificando a toda esta diocese com as suas multiplicadas [p. 13] esmolas, e dispondo-se pelos sentimentos de uma perfeita humildade a um fim digno não só de um profeta da Lei antiga; senão ainda de um santo da Lei da graça.

40 Cap. 46, v. 17 [NdE: Eclesiástico 46:17, “Ele julgou a Assembleia de Israel, segundo a Lei do Senhor”].

41 Ibid. v. 22 [NdE: Eclesiástico 46:22, “Antes do fim da sua vida tomou ele também por testemunha ao Senhor, e ao seu Christo”].

Mas na falta tão sensível da sua estimável presença façamos uma viva imagem das suas grandes virtudes, e para a poder formar em poucas palavras, permitam-me representar o que fez o mesmo Excelentíssimo Arcebispo para aumento da sua Igreja, e o que obrou para a sua própria santificação. E eis aqui todo o objeto do presente elogio. Começemos.

A inocência dos costumes nem sempre é fruto da piedade dos pais, e consequência da sua educação. Quantos filhos executam a iniquidade entre as lições e os exemplos das virtudes, que recebem dos mesmos pais? Eu bem sei, que a sabedoria vem do Altíssimo, e descende do Pai das Luzes,⁴² sem que jamais se recolha sobre a terra, como a sucessão de um pai falível, e mortal; e que a virtude, e a piedade é dom de um espírito, que inspira onde muito quer, e não fruto de uma carne, que de nada serve. Porém devemos confessar, que a ordem [p. 14] do nosso nascimento quase que dá o primeiro movimento a ordem dos nossos costumes, passando com o sangue, que nos forma as inclinações do mesmo, que o comunica, que por isso nos diz o Apóstolo São Paulo, que sendo Santo o tronco, e as raízes não podem deixar de ser também os ramos: “*Quod si radix sancta et rami*”.⁴³ Mas não procuremos o exemplo desta verdade fora do objeto que louvamos.

Nasceu o nosso excelentíssimo prelado de uma família, em que a honra e a bondade tinha constituído uma admirável aliança: uma família, em que o Deus de Israel quis estabelecer a sua morada, e encher de todas as suas bênçãos: um pai, que nos poucos anos que o possuiu, o fez estimar os caminhos do senhor; pelas suas instruções, e lhos mostrou pelo seu exemplo. E assim nos não devemos admirar dos avultados progressos da sua mocidade, que o constituíram digno de todos aqueles empregos, com que se distinguuiu na Universidade de Coimbra, chegando a procurá-lo para um dos seus colegas o Real Colégio de São Paulo; honra, que não chegou a lograr por causa de uma enfermidade, talvez excitada [p. 15] por impulso mais superior, do que alcança a nossa inteligência; pois parece que o esperava a cidade de Miranda para unir nele as virtudes com os multiplicados empregos, com que se condecorou, chegando a entregar-lhe todo o governo do seu bispado o excelentíssimo bispo Dom João de Souza, como última e imediata disposição dos seus altos merecimentos para ser eleito pelo Augustíssimo Rei, e Senhor Dom João Quinto, Arcebispo Metropolitano desta vastíssima Diocese.

E com que sentimentos aceitaria esta dignidade tão desejável no conceito de São Paulo pela sua bondade: “*Si quis episcopatum desiderato, bonum opus desiderat*”?⁴⁴ Era um arcebispadado da Ordem de Jesus Cristo; e assim o devia aceitar com uns sentimentos

42 Sap. Cap. 9, v. 10 [NdE: Livro da Sabedoria, 9:10 “Envia-a do teu Santuário celestial, e do Trono da tua grandeza, para que ela esteja comigo, e trabalhe comigo, e para que eu saiba o que te é aceito”].

43 Ad Rom. Cap. 11, v. 16 [NdE: Romanos, 11:16 “E se é santa a raiz, também o são os ramos”].

44 Ad Timot. Cap. 3, v. 1 [NdE: 1 Timóteo, 3:1 “Que se algum deseja o episcopado, deseja uma obra boa”].

muito parecidos àqueles com que o mesmo Senhor aceitou a sua cruz, a qual dá Isaías o nome de Principado “*Factus est Principatus super humerum eius*”.⁴⁵ Pois o Principado, que nesta Igreja se conferiu ao nosso Excelentíssimo Arcebispo, foi no seu conceito uma espécie de cruz, [p. 16] para cuja aceitação se necessitou a sua obediência; e se não digam os confidentes dos seus pensamentos os multiplicados combates, que experimentou entre a mesma obediência, e a sua humildade; e por isso apenas chegou a esta diocese, que não sem mistério, foi no mesmo dia em que a Igreja universal celebra a invenção da Santa Cruz, se sujeitou a todo o peso deste tão vasto arcebispado, dando a conhecer não só a grandeza do seu espírito; senão ainda o amor, que tinha à disciplina eclesiástica, e a integridade dos costumes, à vista dos mais úteis, e importantes preceitos, que fez publicar para a reforma interior, e exterior de todos os seus súditos; subindo a tão alto ponto o seu ardente e incansável zelo, que tendo cometido o exame das Sagradas Cerimônias da Missa a pessoas de uma consumada erudição, senão dava por satisfeito, sem que pessoalmente assistisse aos mesmos exames, mandando vir a sua presença todos os sacerdotes para os instruir na perfeição de tão alto ministério.

E quem não vê, que em todas estas ações, que se oferecem [p. 17] à minha imaginação, se não acha cousa, que não seja digna de um particular elogio? Pois se me pode dizer, que um arcebispo da Bahia dirigindo, e executando o seu governo por este modo tão admirável no coração de uma cidade, em que habita a maior parte da sua Nobreza, e se unem as ciências com a virtude, e piedade, se pode consolar de que tem satisfeito a sua obrigação: mas o nosso vigilantíssimo arcebispo não deixava de encaminhar todo o seu cuidado, e a sua aplicação para as vilas, e lugares mais remotos desta sua dilatada diocese, sendo estes no seu desejo os primeiros, que haviam de lograr a execução do seu alto ministério a fim de imitar o seu Divino Mestre, que primeiro se deu a ver aos Pastores, do que aos reis; e por isso, se Samuel, como diz a Sagrada Escritura, se não descuidava todos os anos de visitar o povo de Israel “*Et ibat per singulos anos circuiens..., et iudicabat Israel*”⁴⁶ também esta circunstância não faltou ao seu excessivo zelo para se conformar inteiramente com este tão Santo profeta. Ele executou pessoalmente esta obrigação nos primeiros anos do seu [p. 18] governo, não só visitando todas as freguesias da cidade e seu Recôncavo; senão ainda penetrando o desabrido dos seus sertões e não obstante a gravíssima enfermidade que lhe embarçou os passos na Freguesia de São João da Água Fria, e os invencíveis obstáculos, que lhe representavam os práticos daqueles países, intentava chegar à última vila do Rio de São Francisco, que divide este Arcebispado do Bispado de Pernambuco, se o Vice-Rei, e Capitão General deste Estado,

45 Cap. 9, v. 6. [NdE: Isaías 9:6 “e foi posto o Principado sobre o seu ombro”].

46 1º Reg. Cap. 7, v. 16 [1 Samuel 7:16 “Ele ia todos os anos a Bethel, e daí a Galgala [...]; e fazia ali justiça a todo o Israel”].

que então era o Excelentíssimo Conde das Galvêas, da parte do nosso soberano lhe não impedisse por uma carta a execução do seu ardentíssimo zelo.

Mas quem poderá repetir tudo obrava nestas suas visitas? Elas principiavam por uns zelosos missionários, os quais enviava como seus precursores para lhe preparar os caminhos, e as concluía com a sua presença; porque sempre conforme aos divinos preceitos, que unicamente aspirava cumprir, e satisfazer, queria conhecer ele mesmo o semblante do seu rebanho “*Diligenter agnosce [p. 19] vultum pecoris tui*”.⁴⁷ Ele não admitia o menor descanso, empregando as horas do dia, e ainda muitas da noite já na correção Paternal dos culpados, já nas missões, e práticas doutriniais, já na administração dos sacramentos da Penitência, e Eucaristia, e muito principalmente no da confirmação, que só em duas freguesias do mesmo sertão, e suas capelas filiais o administrou a dezoito mil, trezentos, e oitenta e quatro pessoas, gastando muitas vezes neste exercício verdadeiramente apostólico as horas do descanso, e do sustento, podendo justamente repetir com o seu Divino Mestre “Todo o meu descanso, e todo o meu sustento é fazer a vontade do meu Eterno Padre”⁴⁸. Ao mesmo passo, que para fazer mais capazes de receber o alimento espiritual, que tão incansavelmente comunicava às almas das suas pobres ovelhas, se não descuidava jamais de alimentar os seus corpos com as suas multiplicadas esmolas, como quem tinha aprendido de São Gregório, que assim como a semente não brota mais felizmente sobre a terra, que quando é regada pela chuva, também os pobres não aceitam [p. 20] mais eficazmente as instruções da boca dos seus prelados, do que quando recebem as esmolas das suas mãos “*Tunc enim verbi semen facile germinat, quando in audientis pectore pietas predicantis rigat*”.⁴⁹

E eis aqui porque na Igreja se não descuida de enriquecer a estes seus ministros, para que as suas rendas, e as suas côngruas sejam o mais natural, e seguro socorro da mesma Igreja em todas as suas necessidades; pois todos estes bens, que possuem os Excelentíssimos bispos não são outra coisa mais, que umas reservas, que a mesma Igreja tem constituído entre as suas mãos, assim como no seu nascimento tinha posto os bens dos fiéis aos pés dos sagrados apóstolos, não para os guardar, mas como admiravelmente diz Santo Ambrósio, para os distribuir, e espalhar: *Aurum habet Ecclesia non ut servet, sed*

47 Prov. Cap. 27, v. 23. [NdE: Provérbios 27:23 “Conhece diligentemente de vista o teu gado”].

48 Joan. Cap. 4, v. 34. [NdE: trata-se de uma tradução aproximada de João 4:34 “Disse-lhes Jesus: a minha comida é fazer eu a vontade daquele, que me enviou, para cumprir a sua obra”].

49 Pastor. 2 part. Cap. 2 [NdE: São Gregório, *Regulae pastoralis liber, ad joannem episcopum civitatis Ravennae. Secunda Pars. De vita Pastoris*, Cap. 7. “No entanto, a semente da palavra germina facilmente quando a piedade de quem prega a irriga no peito de quem escuta”. Note-se que na *Regulae pastoralis* a passagem referida inicia por *Tunc autem* e não *Tunc enim*, como na *Oração*].

ut erogat”;⁵⁰ que por isso entre todas aquelas admiráveis qualidades, com que os sagrados cânones, e concílios os exornam, e autorizam, se não descuidam também de lhes dar os nomes de tutores, protetores e ainda de pais [p. 21] dos mesmos pobres.

Esta verdade foi de tal sorte conhecida, e profundamente penetrada pelo nosso Excelentíssimo Arcebispo, que seguramente posso afirmar, que jamais houve quem melhor a soubesse seguir, e praticar; pois persuadido de que se recebia alguns bens da sua Igreja tinha contraído ao mesmo tempo uma obrigação indispensável de remediar a todos os seus males, e acudir a todas as suas necessidades, a praticou com profusão e magnificência.⁵¹ Que pobre houve nesta cidade, ou ainda nas mais distantes freguesias deste vastíssimo arcebispado, a que não remediasse, e que necessidade a que logo não acudisse? Que somas de dinheiro não distribuía pelos párocos de todo o arcebispado para o repartirem pelas suas ovelhas pobres, e necessitadas? Qual foi aquele a quem viu despido que o não mandasse logo vestir, subindo a tão alto grau a sua admirável caridade, que chegou muitas vezes a tirar a própria camisa, que tinha vestido, e os lençóis da cama em que dormia para cobrir aqueles miseráveis, que despidos encontrava [p. 22] nas escadas do seu palácio, ao despedir alguma visita.

E à vista disto, que poderei mais dizer, que sendo verdade pura, não violente a nossa credulidade. Porquanto as suas esmolas ordinárias eram tão frequentes, e continuadas, que o chegarão a constituir como um caudaloso rio, onde todos os sequiosos achavam que beber, e o mais seguro e favorável porto, em que jamais se naufragou; podendo-se dizer com mais justiça deste tão caritativo prelado o mesmo que se disse de um antigo, ao qual chegaram a considerar não como um homem mortal, mas sim como o seio da mais propícia fortuna, tão vasto para receber a todos os males, como favorável para os socorrer, e remediar: “*Non mortalem aliquem sed propitiae fortunae benignum esse [diceres] sinum*”.⁵² Principalmente quando a sua caridade se não estendia unicamente a socorrer as necessidades públicas, e conhecidas; senão ainda se aproveitavam da sua profusão aqueles pobres vergonhosos, que ocultamente gemem, e padecem.

Uma das mais generosas, e [p. 23] caritativas ações que se vê na Sagrada Escritura foi a que executou Booz, quando ordenou aos seus segadores, que deixassem cair de propósito quantidade de espigas de trigo, para que uma pobre mulher pudesse recolher sem se envergonhar com que acudisse, e remediasse a sua necessidade “*De vestris quoque*

50 In orat. Ad Auxentium [NdE: Santo Ambrósio, *Officiorum Liber II*, cap. 28 “A Igreja possui ouro não para o guardar, mas para distribuí-lo”].

51 Cp in Canonib, 16. Q. 1 Cp. Vident. C Episc. Cp. Penul. Et fin. 12 q. 1 etc. [NdE: *Corpus Iuris Canonici*, Canones XVI, XXIII, XXVII, XXVIII, Causa XII, Quæstio I].

52 Valer. Max. Lib. 4 cap. 8 [NdE: Valério Máximo, *Factorum, Dictorumque Memorabilium*. Livro 4, Cap. 8 – Da liberalidade. “Não se diria que ele era apenas um mortal qualquer, mas um bolso abundante da propícia Deusa Fortuna”]

manipulis projicite de industria et remanere permittite, ut absque rubore colligat".⁵³ Mas isto, que só uma vez se lê na Sagrada Escritura, como um prodígio da generosidade de Booz, sabemos todos, que o nosso caritativo prelado o executou na sua vida muitas, e repetidas vezes. Ele tinha pessoas fiéis, por cujas mãos favorecia em segredo a donzela pobre, alimentava a viúva desamparada, e ainda sustentava a algumas famílias inteiras. E quem poderá compreender até onde chega a perfeição e o merecimento desta espécie da caridade? Pois é dar unicamente por amor de Deus sem ser incitado por alguma compaixão sensível, e como admiravelmente disse Sidônio, é enxugar as lágrimas que se não vê [p. 24] chorar.⁵⁴

Mas não parou aqui a caridade do nosso tão bom prelado, porque tendo sempre diante dos seus olhos para fielmente executar com o seu rebanho aquilo mesmo, que o apóstolo São Paulo repetia aos de Corinto "*Ego autem libentissime impendam, et super impendar ipse pro animabus vestris*",⁵⁵ ainda praticava outra espécie de caridade, que terminando-se a uns objetos mais nobres, e mais sublimes igualmente a elevavam a um grau mais heroico, e admirável. O mar fertiliza a toda a terra, não só pelas fontes, e rios, que faz correr sobre a sua superfície, e pelos regatos subterrâneos, e ocultos que se não percebem; senão ainda pelos seus vapores, que elevados ao ar, e desfeitos em chuva a benefício do sol pode fecundar a toda a terra. Todos os ricos do mundo se deviam regular por esta ordem da natureza; mas ainda que se descubram alguns que comunicam as suas esmolas comuns como fontes, e rios, que correm, e outros que as fazem ocultas, como por uns regatos secretos e subterrâneos, onde [p. 25] se achará quem como as nuvens se desfaça com uma espécie de profusão.

Na verdade, que não descubro, quem possuísse a liberalidade cristã até este excesso como o nosso caritativo prelado! E se não digam as comunidades religiosas deste arcebispado o que nesta parte experimentaram; publique esta mesma catedral os donativos com que a enriqueceu e se admire a mesma Penha o ter despendido na sua Igreja para cima de vinte e cinco mil cruzados; ao mesmo passo, que sempre ajustado as regras da mais perfeita caridade tinha maior cuidado nos templos vivos, que nos inanimados; e assim conservando sempre o mesmo espírito da magnificência cristã não só socorria,

53 Ruth, Cp. 2, v. 16. [NdE: Rute, 2:16, "de propósito deixai cair algumas espigas das vossas gavelas, e que fiquem ali, para que ela as apanhe sem rubor"].

54 [NdE: Refere-se à passagem de *Caius Sollius Apollinaris Sidonius*, bispo do Auvergne († 486), *Opera. Epistolarum. Liber sextus, epistolae XII*, na qual se lê "et hinc fuit, ut quia crebro te non minus absentum verecundia, quam praesentum querimonia movet, saepe terseris eorum lacrymas, quorum oculos non vidisti" - "E foi assim, tocado pela vergonha e modéstia dos pobres ausentes, bem como pelas queixas daqueles que lhe cercam, que você frequentemente enxugou as lágrimas daqueles aos quais não viu os olhos"].

55 Ad Cor. 2. Cap. 12, v. 15 [NdE: Coríntios 12:15, "E eu de mui boa vontade darei o meu, e me darei a mim mesmo pelas vossas almas"].

e alimentava à imitação de Jesus Cristo os pobres de uma freguesia, senão ainda estendendo-se, e dilatando-se como uma nuvem, que cobre, e inunda a toda uma Província, enchia a toda esta vastíssima diocese das suas favoráveis influências. [p. 26]

Ah! Bahia; e que justamente deves imitar na perda deste tão bom prelado, o que obrou todo o Israel na morte do grande profeta Samuel; pois seguindo as pisadas deste tão Santo Profeta, não só te instruiu com prudência, e te julgou com bondade; senão ainda te soube governar conforme as Leis de Jesus Cristo: “*In lege Domini congregationem judicavit*”. E por isso devemos todos confessar, que perdemos muito mais do que cuidamos, perdendo a este tão bom prelado. Eu bem vejo, que os nossos corações se enternecem, e as nossas lágrimas quase que correm insensivelmente dos nossos olhos na consideração de tão grande perda. Mas façamos alguma força para os reprimir por pouco tempo, a fim de considerarmos o que ele fez para a sua própria santificação muito antes do fim da sua vida: “*Et ante tempus finis vitae suae [et saeculi], testimonium praebuit in conspectu Domini et Christi*”.⁵⁶

Quis o apóstolo São Paulo instruir a todos os prelados no modo, com que se deviam portar com os seus súditos e rompeu nestas admiráveis [p. 27] palavras “Pastores da Igreja, atendei para vós e para o rebanho que conduzis e governais”: “*Attendite vobis et universo gregi*”⁵⁷, como se quisesse advertir, de que se deviam aplicar a sua salvação, antes de cuidar na das suas ovelhas; que por isso São Bernardo não duvidou compará-los àquelas fontes, que enchem as suas pias antes de deixar correr as águas para utilidade de todo o povo.⁵⁸ E quem mais bem instruído nesta ordem de caridade, que o nosso Excelentíssimo Arcebispo? Na verdade que muito tinha obrado para a sua própria santificação no modo admirável, com que se portou em todo o tempo do seu governo, mas persuadido, de que o apóstolo São Paulo depois de se ter gastado, e envelhecido com os contínuos trabalhos da Igreja, não deixou por isso de reduzir o seu corpo a uma rigorosa servidão: se empenhou todo em mortificar as suas paixões naqueles movimentos, que lhe eram mais naturais, e a render a Deus manifestos testemunhos da sua sujeição, e dependência muito antes do fim da sua vida: “*Et ante tempus finis vitae suae, testimonium praebuit in conspectu Domini et christi*”. [p. 28]

Ele tinha uma natural agilidade, e o seu temperamento muito semelhante ao do grande Bispo São Francisco de Sales parecia, que respirava fogo; porém seguindo o exemplo, e as pisadas deste tão santo prelado descobriu o dificultoso segredo de

56 NdE: o autor não refere em nota, mas trata-se de passagem já referida do Eclesiástico, 46:22, “e antes do prazo do fim da sua vida e século, deu testemunho na presença do Senhor, e de seu Ungido”.

57 Act. Ap. Cap. 20, v. 28 [NdE: Atos dos Apóstolos 20:28, “Atendei por vós, e por todo o rebanho, sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para governardes a Igreja de Deus”].

58 In Cant. Serm. 8 [NdE: O autor se equivoca ao indicar o sermão 8. Trata-se de São Bernardo, *Cântico dos cânticos*, sermão XVIII – Das duas operações do Espírito Santo, uma das quais se chama efusão e a outra infusão, § 3].

triumfar deste movimento involuntário. E como se tivesse contratado com o seu coração de não conservar nele o menor ressentimento, ainda da mais sensível ofensa; afagava, e recebia sem pesar àqueles mesmos que mereciam ser punidos, e castigados; não deixando jamais de seguir, e praticar aquela mútua correspondência, que conforme o exemplo, e a doutrina do mesmo Cristo, se deve observar entre a brandura, e a humildade: “*Discite a me, quia mitis sum, et humilis corde*”.⁵⁹ Quem não sabe o modo afável, e benigno com que a todos tratava, tendo-se por indigno da Dignidade, que lograva, e por um miserável pecador, deixando-nos no seu testamento para nossa confusão estas tão humildes palavras: “Proibo, porém, que na Sepultura se ponha campa, com Epitáfio ou inscrição alguma, porque não é bem se conserve a memória de um prelado [p. 29] que o não merecia ser, e de um tão miserável pecador”.

E que diremos agora da sua admirável modéstia filha inseparável desta tão grande humildade? Diga toda esta cidade, se algum dia a scandalizou o luxo do seu Palácio, e a magnificência das suas alfaias: e se o esplendor, e a grandeza do seu trato lhe deu jamais ocasião de o reprovar com São Bernardo, de que tinha mais sucedido a pompa dos imperadores, do que as funções dos apóstolos?⁶⁰ Mas como seria exceder os limites ordinários de um elogio, se houvésemos de examinar todos os mais meios, de que se serviu o nosso tão bom prelado para a sua própria santificação, passemos a ponderar o que obrou nos anos mais próximos ao fim da sua vida. E eis aqui para onde devemos aplicar toda a nossa atenção, para bem conhecermos o que era o nosso Excelentíssimo Arcebispo, então é que (como um caudaloso rio que não leva mais água que quando se vê próximo a entrar no mar, e muito semelhante ao mesmo sol, que não ostenta mais o seu calor, e a sua luz, que quando se acha perto [p. 30] do seu ocaso) deu a Deus a imitação de Samuel, e ainda de todos os mais profetas verdadeiro testemunho do seu amor, e da sua humildade: “*Et ante tempus finis vitae suae testimonium praebeuit in conspectu Domini et christi*”.

Ele tinha repetidas vezes suplicado ao nosso soberano, que lhe desse licença para renunciar nas mãos do Santíssimo Padre todo o governo do arcebispado, a que não podia plenamente satisfazer pelos seus muitos anos, e contínuas enfermidades; até que a incomparável benignidade de tão augusto monarca se dignou conceder-lhe a licença, e atender aos justos motivos da sua súplica, mandando pela sua Real Grandeza continuar-lhe aquela mesma cônica, que até ali percebia. Apenas se viu na posse deste tão desejado benefício, não teve outro cuidado mais, que dispor-se unicamente para uma Santa morte, não obrando a menor ação, que não fosse a prática de uma virtude, e como se tinha sempre regulado em todas as suas ações conforme a Lei do Senhor

59 Math. Cap. 11, v. 29 [NdE: Mateus 11:29, “aprendei de mim que sou manso, e humilde de coração”].

60 4 de Consider. Cap. 3 [NdE: São Bernardo, *De consideratione*, Livro 4, cap. 3].

“In lege Domini congregationem judicavit”. Observou fielmente o que o mesmo Senhor tinha dito pela boca [p. 31] do profeta Jeremias *“Relinquitte civitates et habitate in petra”*⁶¹. Quereis fazer-me a vontade, e granjear para vós o maior merecimento, deixai a cidade e ide assistir e habitar na Penha. Assim o executou prontamente o nosso Excelentíssimo Arcebispo, retirando-se desta cidade para assistir, e habitar na Freguesia da Senhora da Penha.

E que testemunhos não deu a Jesus Cristo, e à sua Santíssima Mãe do seu amor, e humildade nesta sua nova habitação? Com que fervor e devoção confessava diante do seu Deus todo poderoso o seu nada, e a sua indignidade? E eis aqui, meus senhores, quando com toda a propriedade lhe podemos aplicar o que nos diz o eclesiástico do grande Profeta Samuel *“Et ante tempus finis vitae suae testimonium praebeuit in conspectu Domini et christi”*. Mas tendo até aqui comparado o nosso tão bom prelado com este tão Santo Profeta, me está parecendo, que nesta ocasião a cópia diz alguma coisa mais sobre o original; porquanto dizendo-nos a Sagrada Escritura, que Samuel dera ao Senhor [p. 32] testemunhos da inocência da sua vida, antes do fim da mesma vida, nos lembra também, que convocara a todo o povo para justificar na sua presença a inocência dos seus costumes, e a retidão e pureza do seu governo: *“Loquimini de me coram Domino et coram Christo eius; siquem piam calumniatus sum, si oppressi aliquem”*.⁶² Oh, Dizei-me na presença do Senhor se eu vos ofendi, e se me servi da minha autoridade para vos oprimir na vossa honra, ou nos vossos bens. Este tão Santo Profeta se podia portar desta sorte, pois estava efetivamente inocente de todos aqueles delitos: *“Non es calumniatus nos, neque oppresisti”*.⁶³ Porém devemos confessar, que o Sagrado Evangelho inspirou ao nosso tão bom prelado uns sentimentos muito mais perfeitos, pois em lugar de convocar a todos os seus súditos para testemunhas da retidão, e pureza, com que os tinha sempre dirigido, e governado, como justamente o podia fazer, confessa pelo contrário a sua indignidade, pedindo a todos perdão dos desacertos das suas instruções, e dos excessos do seu governo por um edital público, que mandou fixar nesta sua [p. 33] catedral e nas freguesias de todo este arcebispado.

Samuel se dispôs antes do fim da sua vida com os sentimentos de Moisés, e com o pensamento da sua inocência, e retidão, mas o nosso tão humilde prelado se dispôs muito antes do tempo da sua morte com os mesmos sentimentos de Jesus Christo, e no exercício da sua incomparável caridade. Ele convocava os meninos, e não só os

61 Jerem. Cap. 48, v. 28 [NdE: Jeremias 48:28 “Desamparai as cidades [...] e vivei nos penhascos”].

62 1 Reg. Cap. 12, v. 3. [NdE: 1Samuel, 12:3 “Declarai agora diante do Senhor, e diante do seu Cristo [...], se imputei a alguém falsos crimes; se o oprimi com violências”].

63 Ibid. v. 4 [NdE: 1Samuel, 12:4 “Tu não nos oprimiste, nem com falsos crimes, nem com violências, nem tiraste nada a ninguém”].

instruía na Doutrina cristã, senão ainda todos dias rezava com eles o terço do Santíssimo Rosário. Ele sustentava, e vestia a todos os pobres daquela freguesia, e a todos os mais que a ela concorriam, e lhes acudia em todas as suas necessidades, não tendo instante, nem momento, que lhe não fosse todo precioso pelo uso, que dele fazia: de sorte, que aquele pouco tempo que lhe restava dos seus santos exercícios, o empregava em preparar as esmolas, que havia de distribuir no dia seguinte com os seus pobres.

E finalmente para renovar inteiramente o zelo do grande arcebispo de Milão São Carlos Borromeu, e seguir fielmente as pisadas [p. 34] do apóstolo São Paulo – “*inpendam, et super inpendar ipse pro animabus vestris*” – tinha uma casa à imitação de um hospital, em que mandava recolher aqueles pobres, que via enfermos; principalmente aqueles que padeciam enfermidades epidêmicas, e contagiosas, assistindo-lhes com todo o necessário, não só para o corpo, senão ainda para as suas almas; indo ele mesmo muitas vezes visitá-los e consolá-los; e por um milagre da sua caridade não só mandava (qual outro Tobias) sepultar aos que morriam; senão ainda aplicava por eles os seus sacrifícios, mandando também aplicar por outros pelas suas almas.

Assim viveu, oh Bahia, e assim morreu o teu tão digno arcebispo! E quanto serás feliz, se observares todos os preceitos, que te deixou: porém ainda muito mais feliz se seguires, e te aproveitares do seu tão bom exemplo. Mas ai, que não merecíamos um tão bom prelado? Nós o não soubemos bem conhecer, e estimar; e muito menos fielmente obedecer. A nossa ingratidão, e a nossa desobediência é [p. 35] que obrigou ao céu para o tirar de nós; e por isso estamos mais obrigados, do que cuidamos, a sentir, e chorar a sua perda “*Mortuus est Samuel*”, ouvi meus senhores, morreu o nosso Samuel, aquele tão grande homem, que Deus nos tinha enviado: aquele homem tão prudente, e caritativo, que não só nos governou, e instruiu conforme a Lei de Deus “*In Lege Domini congregationem judicavit*”, senão ainda soube dar ao mesmo senhor manifesto testemunho da inocência dos seus costumes antes do fim da sua vida: “*Et ante tempus finis vitae suae testimonium praebuit in conspectu Domini et christi*”. E assim estamos todos obrigados a soltar sobre a sua sepultura as correntes das nossas lágrimas “*Et congregatus est universus Israel, et plaxerunt eum*”.

Mas parece-me que este tão bom prelado sempre conforme, e ajustado aos preceitos de Jesus Cristo nos está dizendo que não devemos chorar sobre ele, mas sim sobre nós mesmos. Ele não quer que choremos a sua morte, que tão felizmente o livrou desta [p. 36] vida miserável “*Ego ne fleam illum, qui fletum evasit*”,⁶⁴ dizia admiravelmente São Bernardo a respeito do grande arcebispo São Malaquias: para que hei de chorar por um prelado que se acha fora do estado de poder chorar por si mesmo; se nós o

64 In Vita S. Malach cp. 31 [NdE: São Bernardo, *Liber de Vita et rebus gestis S. Malachiae, Hiberniae episcopi*, cap. 31. “Por que chorarei por aquele que enfim deixou o vale de lágrimas?”]

podéssemos ressuscitar, certamente se queixaria, como Samuel, que ainda o inquietávamos na sua sepultura; pois não quer de nós mais que aquilo mesmo, que pedia Samuel ao povo de Israel “*Nolite declinare post vana quae non proderunt vobis neque eruent vos quia vana sunt*”.⁶⁵ Meus amados filhos, cessai de correr atrás das vaidades do mundo, que vos não hão de servir senão para vos perder: animando-nos a seguir este tão útil, e importante preceito com a promessa de que como Samuel não cessará jamais de pedir, e rogar por nós diante do mesmo Deus “*absit autem a me... ut cessent orare pro vobis*”.⁶⁶

Grande prelado, e verdadeiro Samuel do nosso século, como todos esperamos, que a misericórdia infinita de Jesus Cristo há de ter atendido as vossas tão boas obras, igualmente há de ouvir as vossas [p. 37] súplicas e rogativas. E assim pedi-lhe, que comunique a todos os vossos súditos uma eficaz resolução de executar todas aquelas admiráveis virtudes, das quais nos destes tão multiplicados exemplos, para que desta sorte vos possamos acompanhar nessa glória bem-aventurada, onde piamente vos supomos e desejamos.

65 1 Reg. Cap. 12, v. 21 [NdE: 1 Samuel, 12:21 “Não vos afasteis dele, por seguides umas cousas vãs, que não vos aproveitarão, nem livrarão, porque são vãs”].

66 Ibid. v. 23 [NdE: 1 Samuel, 12:23 “[...] guarde-me Deus de cometer contra ele este pecado, de cessar eu nunca de orar por vós”].